

## Lidar com as *kilat*<sup>1</sup>

### uma resenha histórica da disponibilidade de armas ligeiras e do controlo do armamento em Timor-Leste

Seis anos após a independência e dois anos passados sobre a 'Krise',<sup>2</sup> o papel das armas ligeiras na sociedade timorense ainda não mereceu uma análise detalhada. Essas armas desempenharam um papel decisivo, enformando as táticas repressivas das antigas potências coloniais e as contra-medidas dos movimentos de resistência, mas também a violência contemporânea de natureza criminosa. Actualmente, num contexto de instituições fracas, tensões que subsistem e legislação e normas sobre controlo de armas de aplicação muito deficiente, o armamento militar e as armas usadas por civis continuam a provocar violência interpessoal e colectiva. A questão das armas ligeiras desaparecidas de instituições oficiais tem dado origem a notícias nos órgãos de informação todas as semanas nos últimos seis meses.<sup>3</sup> As histórias relacionadas com a distribuição de armas a civis não são menos controversas.<sup>4</sup>

A militarização gradual de Timor-Leste é uma herança da história recente do país. O número reduzido de armas que entraram no país durante o período colonial português contrasta fortemente com o armamento progressivo da sociedade timorense na década de 1970 e que se prolongou até 1999. Com efeito, embora exista no país um número comparativamente pequeno de armas ligeiras e de pequeno calibre, o armamento sofisticado de tipo militar tornou-se mais comum durante o período de ocupação indonésia (1975–99), sendo que um número reduzido, mas ainda assim significativo, dessas armas estava na posse da resistência timorense.<sup>5</sup>

Esta *Nota Informativa* estabelece uma cronologia da presença e disponibilidade de armas em Timor-Leste e conclui que a disponibilidade e motivações associadas à aquisição e uso de armas evoluíram ao longo do tempo. Durante os períodos português e indonésio, as armas eram usadas primordialmente como instrumento repressivo pelas forças coloniais, enquanto que os grupos armados as usavam no quadro da sua resistência e insurreição. Na década passada, as armas permitiram e exacerbaram a violência no seio das comunidades, particularmente em 1999 e 2006. Contudo, não se pode dizer que Timor-

Leste esteja inundado de armas. Embora existam um registo e fiscalização deficientes das armas na posse de entidades públicas e nas mãos de privados, existem comparativamente poucas armas de fabrico industrial no país; contudo, as armas de fabrico artesanal representam um evidente desafio. Seja como for, e como a crise de 2006 demonstrou à sociedade, mesmo um pequeno número de armas ligeiras ilícitas pode ter um impacto desproporcionalmente grande. Nesta *Nota Informativa* conclui-se especificamente o seguinte:

- A presença ou afluxo rápido de armas ligeiras à sociedade timorense deu origem a erupções periódicas, mas ainda assim generalizadas, de violência.
- Desde a década de 1970, e especialmente durante a década de 1990, o desvio de armas dos paióis do Estado e o armamento deliberado de civis pelas forças de segurança criaram uma massa de armas que é improvável virem alguma vez a ser recuperadas na sua totalidade.
- Embora a disponibilidade de armas ligeiras e de pequeno calibre não constitua uma novidade, os níveis elevados de militarização da sociedade civil representam um fenómeno relativamente novo.
- O uso dado às armas ligeiras alterou-se ao longo do tempo – de um papel repressivo e insurreccional à sua utilização na defesa das próprias famílias, em actividades predatórias de gangues de jovens e para intimidação.
- As novas transferências de armas são relativamente raras, mas a existência de depósitos públicos de armas e a difusão patrocinada por superiores hierárquicos (*patronage-led diffusion*) constituem a maior fonte de novas armas no país.

Um aspecto crucial é o facto de, durante a crise de 2006, as autoridades de Timor-Leste terem perdido o controlo sob grande parte das suas armas. Uma tradição de gestão deficiente da segurança dos depósitos de armas e munições existentes, combinada com uma distribuição, em grande medida descontrolada, de armas a grupos civis antes da crise, intensificaram as tensões e

aceleraram o eclodir de fenómenos de violência extrema. Um número relativamente reduzido de armas modernas e do período colonial permanecem dispersas entre um amplo conjunto de grupos civis (i.e. gangues, grupos de artes marciais e movimentos de veteranos). Também existem desafios potencialmente significativos relacionados com a disponibilidade de munições e granadas, na sequência das eclosões de violência em 1999 e 2006. A gestão dos paióis existentes e o controlo das armas ilegais representam um desafio considerável, mas tais esforços poderão resultar em melhorias significativas na situação de segurança.

#### Introdução e disseminação de armas: o período português (1520–1975)

Os elementos da administração colonial portuguesa introduziram pela primeira vez quantidades substanciais de armas ligeiras em Timor durante o século XIX. Essas armas destinavam-se a ser usadas contra incursões provenientes das Índias Orientais Holandesas e directamente contra a oposição doméstica, mas também a ser transferidas para aliados locais. Durante a última parte do século, novas tecnologias melhoraram a arte de matar: as armas de tiro rápido e de carregar pela culatra permitiram uma pacificação mais eficiente. Mas tais armas em breve também foram apontadas aos próprios Portugueses,<sup>6</sup> inclusivamente durante a guerra de Manufahi (1908–12).<sup>7</sup>

O papel central das armas ligeiras e o seu contributo para as insurreições ficou patente durante uma insurreição ocorrida em 1959 e liderada por uma combinação de timorenses e indonésios anti-imperialistas. Nesse ano, o distrito de Viqueque, na parte oriental de Timor, foi palco da última grande revolta armada contra os Portugueses. Aquilo que permitiu a insurreição foi um pequeno número de armas não-controladas. Em Junho de 1959, os rebeldes apoderaram-se apenas de 48 armas que estavam nas instalações da administração colonial.<sup>8</sup> Antes do eclodir da rebelião, um pequeno número de roubos e transferências



**Grupo do Maj. Alfredo Reinado e Ten. Gastão Salsinha em Maubisse, Timor-Leste.**

© HDC 2008

ilegais de armas também geraram um clima de insegurança.<sup>9</sup> A resposta de Portugal a tais roubos foi determinada e sangrenta: pelo menos 1000 timorenses foram mortos numa acção repressiva célere realizada ainda nesse ano.

Reconhecendo a necessidade de reforçar o aparelho de segurança doméstica da colónia, as autoridades portuguesas importaram novas armas. Até 1975, Portugal enviou para Díli uma grande quantidade de espingardas semi-automáticas G3, armamento moderno que então era usado no âmbito da NATO. O próprio país atravessava um período de transformações políticas, na sequência do colapso do regime de Salazar e do início do seu processo de separação das colónias. A instabilidade que daí resultou em Lisboa permitiu o aparecimento de diversos novos partidos políticos, incluindo a FRETILIN, UDT, APODETI, KOTA, e o Partido Trabalhista.<sup>10</sup> Com a Indonésia a influenciar o processo do outro lado da fronteira, a disputa política doméstica em breve se tornou violenta. As armas existentes em paíóis cuja a segurança era deficiente desempenharam um papel crucial na eclosão da guerra civil.

A reacção em cadeia que levaria à guerra civil iniciou-se 27 de Julho de 1975, quando a UDT organizou uma grande manifestação anti-FRETILIN no centro de Díli. No dia seguinte, numa manifestação de força, a FRETILIN colocou 50 homens nas ruas armados com espingardas G3.<sup>11</sup> Recendo um ataque por parte da FRETILIN, a UDT acedeu ao paiol da polícia e assumiu o controlo da cidade a 10 de Agosto de 1975. A 20 de Agosto de 1975, o Tenente Rogério Lobato, um importante elemento da FRETILIN que mais tarde se tornaria no primeiro Ministro da Defesa, convenceu a maior parte das tropas regulares timorenses no exército português a tomarem partido pela FRETILIN, tendo conseguido obter armas do paiol das forças armadas (ver Quadro 1).<sup>12</sup> Até 28 de Novembro, data em que a FRETILIN declarou a independência de Timor-Leste, foram executados centenas de prisioneiros políticos e mortos vários milhares de pessoas, havendo ainda um grande

número de outras que foram forçadas a deslocar-se para a Indonésia.<sup>13</sup>

## **Da guerra a um conflito de baixa intensidade: o período indonésio (1975–99)**

Com Portugal e Timor-Leste em convulsão, a Indonésia, com o apoio tácito dos Estados Unidos e de outros estados ocidentais, invadiu Díli a 7 de Dezembro de 1975.<sup>14</sup> O regime instaurado na sequência dessa invasão e a oposição doméstica ao mesmo resultaram numa guerra em grande escala em que a violência armada passou a ser uma constante na vida diária dos Timorenses. O conflito teve várias fases distintas, cada uma das quais influenciada por factores relacionados com a disponibilidade de armamento.

Durante a fase inicial, e ao mesmo tempo que Díli caía abruptamente nas mãos dos indonésios, o braço armado da FRETILIN, as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) ofereceram uma resistência sustentada às forças armadas indonésias, *Angkatan Bersenjata Republik Indonesia* (ABRI).<sup>15</sup> O apoio popular e a abundância de espingardas G3 e Mauser portuguesas alimentaram a resistência e as baixas foram elevadas de ambos os lados (ver Quadro 1).<sup>16</sup> A Indonésia dispunha de recursos humanos e materiais esmagadoramente superiores e gradualmente empurrou as FALINTIL para o interior do país. A utilização da artilharia e de meios aéreos foi particularmente eficaz para reduzir a força das FALINTIL. Entre 1977 e 1980, um grande número de elementos das FALINTIL (e seus apoiantes) renderam-se, trazendo consigo as suas armas.<sup>17</sup>

Na sequência das pesadas baixas sofridas, as FALINTIL entraram num período de consolidação e reorganização internas. Em 1981, Xanana Gusmão foi escolhido para liderar a nova fase de guerrilha da organização. Gusmão reconheceu que as FALINTIL precisavam urgentemente de novo armamento, afirmando que menos de dez por cento do

arsenal pré-invasão continuava na sua posse.<sup>18</sup> As FALINTIL passaram a realizar operações móveis com o objectivo de fustigarem as ABRI (mas sem entrarem em combate). Essas operações serviram para sublinhar a existência de uma resistência continuada, mas também criaram oportunidades para a captura de armas e munições indonésias, aspecto de que teve uma importância fundamental.<sup>19</sup> Esses ataques tornaram-se uma imagem de marca das operações das FALINTIL até 1999 e apenas a sua escala e frequência<sup>20</sup> variaram ao longo do tempo.<sup>21</sup> Um aspecto crucial é o facto das FALINTIL, para além das armas do período colonial português e daquelas que haviam conseguido capturar no decurso dos seus ataques (ou comprado ilegalmente<sup>22</sup>) aos arsenais indonésios,<sup>23</sup> nunca terem conseguido obter novo armamento do exterior.

A escalada nos ataques indiscriminados contra civis timorenses por parte das forças indonésias assinalou um momento de viragem. Em 1991, por exemplo, o massacre de 271 pessoas que participavam num cortejo fúnebre no cemitério de Santa Cruz, no centro de Díli, por forças de segurança indonésias, foi filmado e divulgado por todo o mundo. A captura e posterior prisão de Gusmão em 1992 deu início a uma redução muito significativa dos confrontos militares e a uma disputa política pela legitimidade.

Em 1999, o Presidente indonésio Habibie propôs que os Timorenses decidissem o seu futuro numa consulta popular, fosse a favor de uma autonomia sob o governo da Indonésia, fosse pela independência. Mas os êxitos conseguidos durante a luta política seriam empurrados para segundo plano pela violência sangrenta que se seguiu. Durante o referendo de Agosto de 1999, em que mais de três quartos de todos os timorenses votaram a favor da independência, cerca de 1500 pessoas foram mortas, centenas de milhares foram deslocadas, tendo sido também destruído um número considerável de propriedades. A distribuição de armas ligeiras a milícias civis pró-autonomia pelas forças armadas indonésias (*Tentara Nasional Indonesia*—TNI) e as acções directas empreendidas pelas forças de segurança da Indonésia foram as principais causas do derramamento de sangue.<sup>24</sup> Após a retirada das TNI de Timor-Leste em Outubro de 1999, a maior parte das milícias pró-autonomia deslocaram-se para as regiões fronteiriças entre a Indonésia e Timor-Leste e começaram a distribuir novo armamento. O modo pouco empenhado como as autoridades indonésias procuraram recolher armas não resultou em entregas muito significativas. Poucos crimes relacionados com armas chegaram alguma vez aos tribunais.

A distribuição de armas a milícias pró-indonésias não constituía propriamente uma novidade. Desde 1975, por exemplo, que as ABRI/TNI vinham armando, financiando e aprovisionando milícias pró-indonésias, numa tentativa para aterrorizar e subjugar a população civil.<sup>25</sup> A utilização de milícias também foi uma forma de desculpabilizar as TNI. Por exemplo, o relatório final datado de 2008 da Comissão

de Verdade e de Amizade Indonésia–Timor-Leste (CVA) concluiu que '[t]here is credible evidence ... that shows the TNI both supplied weapons to the militia and pro-autonomy leaders and then took them away when it chose to do so [existem dados credíveis ... que indicam que as TNI tanto forneceram armas às milícias e aos líderes pró-autonomia como as retiraram quando assim entenderam]'.<sup>26</sup> Ainda assim, a CVA assinalou que o fornecimento sustentado de armas foi essencial para as operações das milícias e que estas obtiveram armas de muitas origens.<sup>27</sup> No seu depoimento perante a CVA, o General Wiranto, das TNI, referiu-se a '[armed militias] consisting of approximately 1,100 people ... equipped with 546 weapons of various types [milícias armadas constituídas por cerca de 1100 elementos ... equipadas com 546 armas de diversos tipos]'.<sup>28</sup> Embora nunca tenha existido uma tentativa de estabelecer uma lista completa das armas e munições distribuídas em 1999 às milícias pelas TNI e pela polícia nacional indonésia (POLRI), os oficiais de ligação militares (*Military Liaison Officers*, MLOs) da Missão das Nações Unidas de Assistência a Timor-Leste (*United Nations Assistance*

*Mission East Timor*, UNAMET) incumbidos de administrarem o referendo de 1999 declararam que as armas que tinham sido publicamente entregues na época representavam apenas uma parte da totalidade das armas na posse das milícias (ver Quadro 1).<sup>29</sup>

O comando e controlo das armas transferidas pelas TNI para as milícias eram deficientes. Frequentemente, as TNI não conseguiam recuperar as armas distribuídas, apesar das ordens dadas à milícias para as devolverem, que eram muitas vezes pura e simplesmente ignoradas. A transferência de munições também era controlada deficientemente. As forças especiais indonésias foram igualmente responsáveis pelo crescimento, nessa época, das armas de fogo de fabrico artesanal —as chamadas *rakitans*—destinadas a perpetuar os níveis de terror junto das comunidades mas, ao mesmo tempo, minimizando os riscos de armas modernas caírem nas mãos erradas.<sup>30</sup> Uma *rakitan* com munições era frequentemente um instrumento de intimidação tão eficaz como uma espingarda de assalto. O problema das *rakitans* tem-se mantido até hoje. (ver Caixa 1).

## O período das Nações Unidas: a construção de um sector da segurança

Entre Novembro de 1999 e Maio de 2002, Timor foi administrado pela Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste (*United Nations Transitional Administration in East Timor*, UNTAET). Contudo, mesmo após a restauração da independência, em meados de 2002, a missão que sucedeu à UNTAET, a Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (*United Nations Mission of Support in East Timor*, UNMISSET) conservou a autoridade executiva em matéria de segurança interna e defesa externa até meados de 2004. Embora o conflito tivesse terminado, existiam diversas armas fabricadas que permaneciam por controlar dentro de Timor-Leste, e um grande número de armas que estavam dispersas entre os grupos de milícias em Timor Ocidental, Indonésia. Em conjunto com o desafio da construção de uma nação; o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); e a criação de um sector da segurança independente, estes factores criaram o cenário para os problemas que viriam a manifestar-se no futuro.

O processo de DDR constituía um foco de potenciais tensões. Entre 1999 e 2001, por exemplo, os membros das FALINTIL estiveram acantonados em Aileu. As rivalidades antigas rapidamente vieram à superfície e deram origem a novos problemas de segurança.<sup>36</sup> Vários comandantes e os seus homens abandonaram o acantonamento na sequência de desentendimentos.<sup>37</sup> Durante esse período, o armamento na posse das FALINTIL foi colocado em dois contentores sob o controlo conjunto das FALINTIL–ONU. As listas de armamento do período das FALINTIL, datando de 2004 e 2005, fornecem informações significativas, mas parcelares (ver Quadro 1). Para satisfazer as aspirações das FALINTIL e lidar com as questões de segurança na fronteira, ficou acordado que seria criada uma força de defesa nacional baseada em dois batalhões de infantaria ligeira. Mas o processo fechado de selecção levantou suspeitas de que as náveis FALINTIL–Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) não constituíam uma força representativa. Particularmente significativo foi o facto da ONU ter perdido o direito a fiscalizar os paíóis das FALINTIL que, de qualquer modo, acabaram por ser transferidos para o novo Centro de Instrução Nicolau Lobato, em Metinaro.<sup>38</sup> Para dispor de capacidade militar a nível de infantaria ligeira, as F-FDTL foram inicialmente equipadas com 1200 espingardas semi-automáticas M16A1, cedidas a título de empréstimo, enquanto se aguardava um processo nacional de aprovisionamento de armamento (ver Quadro 1).<sup>39</sup>

### Caixa 1. *Rakitans*: deitar achas na fogueira

*Rakitan* é uma palavra indonésia que significa 'um item montado'. Na sua acepção comum, as *rakitans* são armas de fabrico artesanal, existindo em duas variedades principais: *bom rakitans* (granadas de fabrico artesanal) ou *senjata rakitans* (armas de fogo de fabrico artesanal). Em Díli, quando alguém se refere a uma *rakitan*, está geralmente a referir-se a uma arma de fogo, embora as *bom rakitans* não sejam de todo desconhecidas.

O fabrico e distribuição de *rakitans* tem sido prática comum em grande parte da Indonésia durante períodos recentes de violência nas comunidades ou de natureza sectária. Nalguns casos, as *rakitans* são sofisticadas e altamente eficazes. Em 2002, durante os confrontos nas comunidades de Sulawesi em 2002, por exemplo, a cidade de Ampang ganhou fama de copiar pistolas e mesmo M16s. Munições produzidas em fábricas, algumas com marcas das TNI, estavam à venda a Rp. 5000 (USD 0,55) por unidade.<sup>31</sup> No caso do conflito em Aceh, o Movimento Aceh Livre (GAM) usou um número significativo de *rakitans*.<sup>32</sup>

As *rakitans*, geralmente bastante primitivas, são essencialmente canos adaptados com pegas de madeira, concebidos como 'mosquetes de rua' de carregar pela boca que podem disparar todo o tipo de objectos metálicos. Uma vez que explodem facilmente quando são accionadas, estas armas representam muitas vezes um risco tão grande para o seu utilizador como para o alvo a que são apontadas. Versões mais sofisticadas incluem pistolas de carregar pela culatra ou espingardas com percutores capazes de disparar balas. Estas 'armas de pregos' são particularmente eficazes, permitindo uma maior precisão e rapidez de tiro. No caso de

Timor-Leste, constituía política e prática das Kopassus (as forças especiais indonésias) a instrução dos membros das milícia no fabrico de *rakitans* no quartel-general das SGI em Díli. Este programa de formação-de-formadores criou um conjunto de potenciais artesãos de *rakitans*. O exército indonésio também fornecia os materiais necessários para a montagem das armas<sup>33</sup> e, nalguns casos, as TNI distribuíam igualmente *rakitans*.<sup>34</sup> Em 2008, é fácil encomendar o fabrico de uma *rakitan* em Díli. Por exemplo, o Projecto de Avaliação da Violência Armada em Timor-Leste (*Timor-Leste Armed Violence Assessment*, TLAVA) contactou um 'artesão' que montou uma *rakitan* (posteriormente desmontada) em menos de 24 horas.

Na violência que ocorre nas ruas e que é dominada pelas armas brancas, existe frequentemente um acordo tácito no sentido de não serem usadas armas de fogo ou *rakitans*. Contudo, as *rakitans* têm um efeito intimidatório e quando os combates degeneram e se estabelece o caos, o recurso a tais armas pode aumentar significativamente a energia e escala dos conflitos. Quando utilizada com um efeito letal, uma *rakitan* pode desencadear uma cadeia de acontecimentos não imaginada ou pretendida pelos protagonistas. Num ambiente em que existe um fácil acesso a munições, as *rakitans* tornam-se mais comuns e aumenta significativamente a insegurança nas comunidades. Durante a Operação *Kilat*, entre 15 de Julho e 31 de Agosto de 2008, as comunidades fizeram a entrega de 9,116 munições (5.56 mm x 2,854/7.62 mm x 116/12.4 mm x 1/outros x 6,145) e de 152 *rakitans*.<sup>35</sup>

## Quadro 1. Armas ligeiras e de pequeno calibre: existências reportadas e armas recuperadas, Timor-Leste, 1975–2008

Período	Categoria	Armas avaliadas e seus detentores	Fonte e data da avaliação
1975	Existências do período da guerra civil	FALINTIL: 3,700 espingardas G3, 15,000 Mausers, 'algumas' MG250s, 20 morteiros de 81 mm, 40 morteiros de 60 mm, 20 bazucas norte-americanas de 3,5 polegadas, 6 obuses Rheinmetal-Borsig de 75 mm, diversas FBPs (baseadas nas metralhadoras alemãs MP40 e MG34 Spandau, Madsens dinamarquesas, M3s norte-americanas, e similares)	Exército Português, Major F. Dentinho, oficial responsável pelo armamento, Dili (1975) <sup>1</sup>
		UDT: 1,000 espingardas G3, 8,000 espingardas Mauser, 6–7 morteiros de 81 mm	Exército Português, Major F. Dentinho, oficial responsável pelo armamento, Dili (1975) <sup>2</sup>
		15,000 G3s, 12–15 morteiros de 81 mm, 12–15 morteiros de 60 mm, um 'pequeno número' de bazucas, 'algumas' peças de artilharia mais antigas, 'muitas' munições de artilharia passíveis de serem transformadas em explosivos	Exército Português, Major Francisco Mota, oficial responsável pelas questões políticas (1975) <sup>3</sup>
1975–99	Armas das FALINTIL	Por volta de 1988, o que restava dos GPK ( <i>Gerombolan Pengacau Keamanan</i> ou Grupos de Perturbadores da Segurança) incluía 'menos de 244 elementos . . . e possuía cerca de 217 armas, incluindo armas de pequeno calibre, arma longas e curtas'.	Comissão de Verdade e Reconciliação (2005) <sup>4</sup>
		'Cerca de 200 FALINTIL com 106 armas	Comandante-Geral da região militar KODAM Udayana que abrangia Timor, com sede em Bali (1995) <sup>5</sup>
		188 elementos das FALINTIL com 88 armas	BIA (Agência Indonésia de Informações Militares) (1996) <sup>6</sup>
		242 elementos das FALINTIL com 127 armas	Representante das FALINTIL citado pelo <i>Jawa Pos</i> (1999) <sup>7</sup>
		1350 elementos das FALINTIL (um número que representa um aumento em relação aos 670 existentes no início do ano devido a novos recrutamentos e regresso de combatentes) com pelo menos 237 armas no acantonamento central de Aileu	Oficial de ligação militar ( <i>Military Liaison Officer</i> , MLO) da UNAMET (1999) <sup>8</sup>
1999–2006	Armas de ex-FALINTIL	F-FDTL: armas do período das FALINTIL num total de 343 itens: 66 SKSs, 105 SPs, 41 G3s, 43 M16s, 9 AR15s, 19 FNCs, 5 LEs, 4 FBPs, 31 Mausers, 3 Metras, 1 AK, 1 Guerem, 3 Rugers, 4 Uzis, 45 Pistolas, 2 Pistola 9 mm, 3 Pistola revolvers, 1 Pistola Beret (erros ortográficos no original)	F-FDTL, Divisão J4 (Janeiro 2004) <sup>9</sup>
		F-FDTL: armas do período das FALINTIL num total de 338 itens: 13 SS1s, 7 FNCs, 51 M16A1s, 1 AR15, 44 SP1s, 60 SP2s, 1 SP342 G3, 64 SKS, 32 Mausers, 1 Metra FNC, 3 Ruger Mini 14s, 1 Galasi, 4 FBP M63s, 4 Uzis, 2 Metra/Minimis, 3 LEs, 1 GRM 77, 3 Pistolas	F-FDTL (Julho 2005) <sup>10</sup>
		1200 armas do governo e 342 armas de ex-FALINTIL (num total de 1542)	<i>International Weapons Audit Team</i> (IWAT) (Junho 2006) <sup>11</sup>
1998–99	Armas de grupos pró-autonomia	Armas obtidas das TNI: pelos menos 20 espingardas SKS e 1 AK (transferidas em 27 de Dezembro de 1998); 3 M16s (transferidas em 30 de Dezembro de 1998); 34 G3s, 18 SP2s, 8 Mausers, 2 LEs, 35 unidades de armas montadas (transferidas em 26 de Agosto de 1999); 50 SKSs a diversas milícias na aldeia de Wehali, sub-distrito de Malaka Tengah, distrito de Belu, Timor Ocidental (transferidas em 26 de Outubro de 1999)	'Comandante A' de uma milícia, citado na Comissão de Verdade e Amizade (2008) <sup>12</sup>
		153 unidades SKS foram alegadamente devolvidas às TNI em 5 de Abril, 29 de Abril, e 16 de Junho de 2000, em Timor Ocidental.	
		Milícia Team Saka (Baucau), dados de Fevereiro de 1999: 19 G3s, 56 SP2s, 10 SP1s, 1 Mauser, 1 M16, e outras armas de assalto; possivelmente também 1 PMI/Pindad, 1 FNC, 1 AK	Comissão de Verdade e Amizade (2008) <sup>13</sup>
		Milícias Makikit (distrito de Viqueque), dados de 1998: 3 M16s, 35 SP1s, e 11 Garands, embora existam relatos contraditórios. A milícia Laksaur (distrito de Cova Lima) estava armada com pelo menos 10 SKS <sup>14</sup> , e a milícia Mahidi (distrito de Ainaro) com 20 SKS <sup>15</sup>	Comissão de Verdade e Amizade (2008); <sup>16</sup> UNTAET Peacekeeping Force (PKF) (2001) <sup>17</sup>
		O comandante militar de Timor-Leste (Korem) distribuiu alegadamente pelo menos 600 armas a elementos das milícias no dia 31 de Agosto de 1999, e subsequente e possivelmente, mais 800 armas com o objectivo de exercer 'acções repressivas contra figuras pró-independência na eventualidade da sua vitória'.	Carta da Frente Política Interna (FPI) do CNRT ao gabinete de Assuntos Políticos ( <i>Political Affairs Office</i> ) da UNAMET (Setembro 1999) <sup>18</sup>
1999–2002	Armas de milícias pró-autonomia recolhidas e/ou destruídas	Armas das milícias entregues às TNI: Armas de fogo (total de 217): 10 M16A1s, 3FN35s, 2 FN46s, 3 SP1s, 2 SP2s, 7 Mausers, 28 Getmis, 1 Ruger, 1 LE, 20 armas diversas, 141 SKSs. Granadas: 36 Manggis/Coreia, 1 Nenas, 3 de fumo, 3 lançadores. Munições: 159 M16A1, 718 SKS, 8,625 G3/SP1, 34 Mauser, 214 Ruger, 31 FN45, 6 FN46, 2,402 SS1, 42 AK, 10 SMR, 53 Sten, 10 Colt, 60 M16A1, 24 SKS, 55 G3. Armas genéricas: 628 cano curto e 370 cano longo	Cohen (2003) <sup>19</sup>
		Grupo do 'Comandante A': diversas armas foram entregues às TNI pelo grupo do Comandante A em 1999, mas o grupo permaneceu activo e parcialmente armado. Uma lista discriminando as armas que ainda estão na mãos da milícia, e aqueles que as possuem, foi fornecida recentemente, em 2005. <sup>20</sup>	'Comandante A' de uma milícia citado na Comissão de Verdade e Amizade (2008)
		17 toneladas de armas confiscadas às milícias foram lançadas ao mar em Maio de 2000. A maioria fora confiscada a partir de 1999 pela Força Internacional em Timor-Leste ( <i>International Force in East Timor</i> , INTERFET) liderada pela Austrália. O material incluía facas, lanças, arcos e flechas, armas de fogo de fabrico artesanal, pistolas, espingardas e carregadores militares.	UNTAET (2000) <sup>21</sup>

Período	Categoria	Armas avaliadas e seus detentores	Fonte e data da avaliação
		Entre 1 de Janeiro e 28 de Maio de 2002, foram recuperados 50 espingardas, 189 espingardas de fabrico artesanal, 41 espingardas de modelos antigos, 267 granadas, 10 442 munições, 74 carregadores, 2 minas anti-pessoais assim como outro material.	Altos Comandos da KODAM IX/Udayana e UN PKF (2002) <sup>22</sup>
2002–08	Armas da PNTL (em falta)	219 armas da PNTL não constavam da lista da PNTL, incluindo: 190 Glock de 9 mm, 13 Steyrs, 10 HK33s, 2 FNCs, e 4 espingardas de cano liso e <i>gauge</i> 12 ( <i>shotguns</i> ). As 7 F2000s foram todas contabilizadas. Não foram reportadas quaisquer existências de munições.	IWAT (Setembro 2006) <sup>23</sup>
		44 armas da PNTL em falta, incluindo 20 Glock de 9 mm, 1 Steyr, 1 espingarda de cano liso e <i>gauge</i> 12 ( <i>shotgun</i> ), 2 FNCs, e 20 HK33s	Departamento de Investigação Nacional (Maio 2007) <sup>24</sup>
		15 armas da PNTL em falta: 5 HK33s e 10 Glock 9 mm; embora subsequentemente o Comandante-Geral da PNTL Afonso de Jesus afirmasse que continuavam a estar em falta na 20 Glock de 9 mm	Inspector sénior da PNTL (Junho de 2008); <sup>25</sup> <i>Timor Post</i> (Agosto de 2008) <sup>26</sup>
		16 Glock de 9 mm em falta (números de série: EFP139, EFP140, EFP203, EFP608, EFP777, EFP790, EFP806, EFP 926, EFP993, EEH 690, EEH773, FGT466, FGT482, FHX267, FHX272, FHX370), à data de 14 de Julho de 2008  4 espingardas HK33 em falta (números de série: ATM 000790, ATM 014779, ATM 020163, ATM 016989) à data de 11 de Julho de 2008  Falta 1 STC, espingarda de cano liso e <i>gauge</i> 12 ( <i>shotgun</i> ) (número de série R336462), à data de 11 de Julho de 2008	Departamento de Logística Nacional, Secção de Armamento, PNTL (11 e 14 de Julho de 2008)
2002–08	Armas das F-FDTL	1200 armas do Governo e 342 das ex-FALINTIL (total 1542 total) mantidas pelas F-FDTL, embora exista uma discrepância de 30 M16s no número indicado como sendo das armas do Governo  Em Novembro de 2005, as F-FDTL apenas conseguiam contabilizar 1,073 armas M16. <sup>27</sup>	IWAT (Junho 2006) <sup>28</sup>
		A 9 de Junho de 2006, a IWAT foi informada de que as F-FDTL tinham na sua posse 1200 armas do Governo e 342 armas das ex-FALINTIL. As conclusões da IWAT dizem que auditorias realizadas por volta de 2002 haviam indicado que as F-FDTL possuíam 1200 M16A2s. Contudo, em Fevereiro de 2004, as auditorias indicavam a existência de mais 30 M16A2s. Contudo, não existe qualquer registo público de importações adicionais. Em Novembro de 2005, apenas foram contabilizadas 1073 M16A2s. A auditoria de Junho de 2006 realizada pela IWAT revelou um total de 1190 M16A2s, 117 mais do que aquelas que haviam sido contabilizadas na contagem anterior. Além disso, quando se comparam as existências actuais com os registos feitos por volta de 2002, conclui-se que estão em falta 46 M16A2s. As F-FDTL possuem 1 Minimi, 1 .38 Special, 1 Browning de 9 mm, 2 espingardas semi-automáticas G3, 1 M16A1, e 1 M2 de calibre .50 que não tinham sido previamente contabilizadas. As F-FDTL já não estão na posse de 3 espingardas semi-automáticas FNC, 3 espingardas semi-automáticas SKS, e 2 Uzis previamente contabilizadas.	IWAT (Junho 2006) <sup>29</sup>
		Munições: 427 560 munições de 5.56 mm, mas 238 813 tinham sido usadas em treinos e operações, das quais 19 013 foram gastas durante a crise; 45,920 balas tracejantes de 5.56 mm; 21905 munições de calibre .45 calibre, mas 10 462 tinham sido usadas em treinos e operações; e 3720 granadas K413, das quais 161 tinham sido usadas. Não é claro quantos itens ainda existem em cada uma destas categorias.	Lista Geral de Munições, F-FDTL (2006) <sup>30</sup>

## Notas do Quadro

- Informações prestadas em Darwin, 3 de Setembro de 1975 (comunicação por correio electrónico com o Brigadeiro-General do Exército Australiano (na reserva) Ernest Chamberlain, 25 de Agosto de 2008).
- Informações prestadas em Darwin, 3 de Setembro de 1975 (comunicação por correio electrónico com o Brigadeiro-General do Exército Australiano (na reserva) Ernest Chamberlain, 25 de Agosto de 2008).
- Informações prestadas em Lisboa, 4 de Setembro de 1975. Ele indicou que as peças de artilharia e munições mais antigas não estavam em condições de ser usadas (comunicação por correio electrónico com o Brigadeiro-General do Exército Australiano (na reserva) Ernest Chamberlain, 25 de Agosto de 2008).
- CAVR (2005), parte 4, p. 13.
- Citado em Della-Giacoma (1995).
- Estas informações estão contidas num mapa dos BIA na posse do autor.
- Herman (1999); comunicação por correio electrónico com o Brigadeiro-General do Exército Australiano (na reserva) Ernest Chamberlain, 25 de Agosto de 2008.
- Comunicação por correio electrónico com o Brigadeiro-General do Exército Australiano (na reserva) Ernest Chamberlain, 9 de Junho de 2008.
- Lista do Material das FALINTIL, Divisão J4, F-FDTL, 15 de Janeiro de 2004. Não inclui as armas utilizadas pela escolta do Brigadeiro-General Taur Matan Ruak.
- Lista Kilat Tuan, Quartel em Metinaro, F-FDTL, 12 de Julho de 2005.
- OHCHR (2006), p. 42. A origem destas armas não é clara (OHCHR, 2006, p. 42). Esta informação é tanto mais interessante quanto pelo menos 35 destas armas continuavam a ser usadas pelas F-FDTL em 2006.
- CTF (2008), p. 197.
- CTF (2008), p. 229.
- CTF (2008), p. 198.
- Robinson (2003), p. 109.
- CTF (2008), p. 233.
- Em Abril de 1999, alguns relatórios estimavam que os efectivos da Mahidi seriam de 2000 elementos com 500 armas, embora as ONGs locais afirmassem que os números reais estavam mais próximos de 1000 elementos e 37 armas de fogo (UNTAET PKF, 2001).
- Citado em Robinson (2003) p. 81.
- Cohen (2003), pp. 99–101.
- CTF (2008), p. 224.
- UNTAET, Tais Timor, 1–14 de Maio de 2000.
- Actas da 12ª Reunião Inter-Comandos (entre os Altos Comandos da KODAM IX/Udayana e UN PKF) que teve lugar em Handara Kosaído Hotel, Pancasari, na parte norte de Bali, 29–31 de Maio de 2002.
- A IWAT incluía representantes das Nações Unidas, Timor-Leste, Malásia, Austrália, Nova Zelândia, Portugal, e Estados Unidos.
- O Departamento Nacional de Investigação que assiste a Procuradoria-Geral da República indicou a 17 de Maio de 2007 que estas armas da PNTL estavam em falta (Victorino, 2007).
- Entrevista com um inspector sénior da da PNTL, 19 de Junho de 2008.
- Timor Post* (2008b).
- OHCHR (2006), p. 41.
- OHCHR (2006), p. 42. A Comissão Especial Independente de Inquérito registou que a origem destas armas não era clara (p. 42). Esta informação é tanto mais interessante quanto pelo menos 35 destas armas continuavam a ser usadas pelas F-FDTL em 2006.
- Ver nota anterior.
- Lista Geral de Munições, F-FDTL, 5 de Junho de 2006.

Em 2000, houve um aumento das incursões por parte das milícias pró-autonomia apoiadas por elementos dentro das TNI. O facto provocou alarme considerável. Existiam também preocupações crescentes de que as milícias estavam armadas e de que os seus efectivos estavam a aumentar.<sup>40</sup> Embora o número de incidentes e baixas fosse relativamente baixo, existia uma percepção de que a insegurança estava a aumentar. Esses ataques estimularam a criação das F-FDTL. As ameaças foram consideradas tão graves que as forças de manutenção da paz da UNTAET receberam autorização da sede da ONU em Nova Iorque para usarem força letal com objectivos preventivos contra grupos de milícias que atravessassem a fronteira. Tal levou a uma redução rápida do número de incursões. Também a pressão política e a preocupação crescente a nível internacional com a natureza predatória das milícias obrigaram a Indonésia a levar mais a sério o desarmamento das milícias. Em resultado, as TNI fizeram diversas tentativas sérias para desarmar as milícias em 2001 e 2002, embora a eficácia de tais operações seja questionada.<sup>41</sup>

A violência dirigida pelas milícias não desapareceu. Em Janeiro e Fevereiro de 2003, houve ataques em Atsabe, Ermera, e Atabae, Bobonaro em que foram mortas várias pessoas.<sup>42</sup> Em resposta a um pedido formulado pelo Governo de Timor-Leste, a UNMISSET atribuiu às F-FDTL uma área temporária de operações no distrito de Ermera. A posterior operação de segurança das F-FDTL foi criticada na altura por alguns observadores timorenses e internacionais pela sua 'mão pesada'.<sup>43</sup> Mas os ataques das milícias persistiram, em número e intensidade. A 24 de Fevereiro de 2003, um pequeno grupo, descrito por uns como de natureza criminosa, e por outros como sendo constituído por elementos de milícias pró-autonomia, armado com armas automáticas, atacou Atabae, Bobonaro vindo do outro lado da fronteira.<sup>44</sup> Dessa vez, as F-FDTL não foram mobilizadas, tendo sido preteridas a favor de uma resposta da ONU.<sup>45</sup> Foram então encontrados depósitos de armas na área,<sup>46</sup> embora se acreditasse que os atacantes de Atabae dispunham apenas de três espingardas SKS.<sup>47</sup>

Os ataques continuados das milícias re-centraram as atenções na necessidade de reforçar o sector da segurança que então emergia em Timor-Leste. A força de polícia de Timor-Leste (Polícia Nacional de Timor-Leste, PNTL) foi criada em 2000, mas o modo como foi constituída e o seu comportamento ulterior tinham minado a sua legitimidade. No seu recrutamento inicial, a UNTAET recorreu a um grupo central de timorenses que tinham pertencido à POLRI, o que colocou a PNTL numa situação de desacordo com muitas pessoas na comunidade e com a nova força de defesa. Além disso, a PNTL foi armada pela polícia das Nações Unidas (UN Police, UNPol) com um grande número de pistolas

semi-automáticas Glock 9 mm, algumas das quais foram usadas contra civis entre 2001 e 2002.<sup>48</sup> A reacção mais visível, tanto contra as F-FDTL como contra a PNTL, surgiu de um amplo conjunto de organizações de veteranos em 2001.<sup>49</sup>

Os grupos de veteranos politizados constituíram uma de várias novas entidades não-estatais que assumiram um papel importante entre 2001 and 2004,<sup>50</sup> juntamente com os chamados grupos de artes marciais ou gangues<sup>51</sup> e os 'movimentos sociais'.<sup>52</sup> Na maioria dos casos, estes grupos usavam armas brancas tradicionais e, nalguns casos, *rakitans*. Muito poucos ou nenhuns possuíam armas ligeiras modernas. Embora estas organizações tenham estado frequentemente em conflito com o Estado e, por conseguinte, com a PNTL e F-FDTL, possuem uma legitimidade considerável a nível das comunidades e consideram os seus membros prestadores importantes de serviços de segurança. Do mesmo modo, a sua ligação a prestadores de serviços de segurança de natureza pública<sup>53</sup> também lhes confere acesso esporádico a armas ligeiras para fins políticos ou criminosos.<sup>54</sup> A pertença a alguns destes grupos (em particular os grupos de artes marciais) é concomitante com a pertença à força de polícia, em particular no caso do grupo de artes marciais PSHT.<sup>55</sup> Um grupo era considerado tão perigoso que precipitou uma intervenção presidencial em 2003. O distrito de Covalima, na costa sul, abrigava um grupo armado constituído por um conjunto heterogéneo de veteranos conhecidos como 'isolados'.<sup>56</sup> Em Setembro de 2003, o então Presidente Xanana Gusmão solicitou a assistência logística das Nações Unidas para ajudarem os seus intermediários a convencer o grupo a 'entregar quaisquer armas na sua posse e a reunirem consigo'.<sup>57</sup>

A persistência de actividades das milícias e grupos dissidentes em 2003 levou o governo a decidir criar e subsequentemente armar unidades de polícia paramilitares. Estas incluíam, entre outras, a UIR, UPF, e UR,<sup>58</sup> tendo a UR e UPF sido criadas para realizar patrulhas ao longo da fronteira e proteger os civis de ataques pelas milícias vindas do outro lado da fronteira e de insurreições em meios rurais. O recrutamento para estas unidades parece ter sido deliberadamente politizado por Rogério Lobato, o Ministro do Interior. A formação de unidades paramilitares foi recebida com apreensão pelas F-FDTL, que as encararam como uma intrusão política e prática no seu papel de prestador de segurança. Muitos civis também encararam a polícia paramilitar como uma ameaça ao seu próprio bem-estar. Consciente da natureza pouco avisada da decisão de constituição destas unidades especiais de polícia, a UNMISSET resistiu aos esforços feitos por Lobato no sentido de adquirir armas para elas.

## O período de Timor-Leste (2004–08): da independência à crise

Em 2004, após a transferência da responsabilidade no que dizia respeito à segurança interna e defesa externa das Nações Unidas para Timor-Leste, o governo iniciou imediatamente o processo de aquisição de novas armas. Da Malásia foi recebido um carregamento inicial de 180 espingardas de assalto semi-automáticas HK33 para a UR, a unidade de reserva de polícia. Em Setembro de 2004, o governo adquiriu também 200 espingardas de assalto semi-automáticas Steyr para a UPF, a unidade de polícia de fronteira. Foram ainda adquiridas 66 espingardas de assalto semi-automáticas FNC e 7 metralhadoras automáticas F2000 para a UIR, a unidade de intervenção rápida (ver Quadro 1). Embora as HK33s e Steyrs envolvessem transferências de estado-a-estado, um intermediário sediado em Díli adquiriu as FNCs e F2000s directamente da FN Herstal<sup>59</sup> para o Governo. As F-FDTL não se coibiram de manifestar o seu desagrado com tais aquisições.<sup>60</sup> Também em 2005, o Ministério do Interior adquiriu 257 000 munições de 5.56 mm pelo valor de USD 107,940 à Cavallo Bravo,<sup>61</sup> uma empresa de Bader Alkatiri, o irmão do então Primeiro-Ministro.<sup>62</sup>

É importante notar que estas compras de armas e munições não foram submetidas a escrutínio ou fiscalização adequados. Quando grupos da sociedade civil contestaram tais aquisições, os seus protestos foram desvalorizados e as suas acções mereceram a reprovação da classe política.<sup>63</sup> A Lei Orgânica da PNTL indica que 'é atribuição exclusiva da PNTL, em todo o território nacional, o controlo do fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições [etc.] ... que não pertençam às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança reconhecidos por lei'.<sup>64</sup> É interessante verificar que outros sectores dentro do Governo também emitem licenças para o fornecimento de armas.<sup>65</sup>

Entre 2004 e 2006 mantiveram-se as tensões entre o Governo e elementos da comunidade. Em Julho de 2004, o veterano ex-FALINTIL Elle Sette organizou uma manifestação diante do Palácio do Governo. A UIR dispersou a manifestação usando gás lacrimogéneo e bastões, numa exibição de força que seria mais tarde denunciada como excessiva. Em Abril de 2005, a Igreja Católica liderou uma grande manifestação anti-governamental que exigiu a demissão do Primeiro Ministro Alkatiri. Alguns encaram este acontecimento como o precursor da crise. Após a eclosão da violência em Abril e Maio de 2006 de 2006 (ver Caixa 2), a comunidade internacional foi chamada para restabelecer a ordem. A *Joint Task Force* 631 liderada pela Austrália conseguiu efectivamente evitar um regresso à guerra, mesmo se a insegurança persistiu e as lutas no seio das comunidades entre gangues *lorosae/loromunu* e as acções de fogo-posto permaneceram ocorrências comuns após a sua chegada.

## Caixa 2. A crise de 2006 e a distribuição de armas

Entre 24 e 28 de Abril de 2006, centenas de soldados das F-FDTL liderados pelo Tenente Gastão Gastão Salsinha manifestaram-se no exterior do Palácio do Governo, em Díli. Depois de, em Janeiro, terem enviado ao Presidente uma petição denunciando discriminação, estes 'peticionários' abandonaram os seus postos desarmados, tendo sido demitidos das forças armadas em Março. A 28 de Abril, a manifestação assumiu contornos violentos. Várias pessoas foram mortas e feridas. A reacção do Ministro do Interior foi de instruir os seus comandantes sêniores a 'matá-los todos' e a armar-se ele próprio com uma F2000 e 2,000 munições.<sup>66</sup>

As F-FDTL foram chamadas à cidade numa tentativa para restaurar a ordem. Os militares foram atacados com granadas e reagiram, matando diversas pessoas. As F-FDTL foram erradamente acusadas de terem massacrado 60 pessoas. Contudo, e porque as F-FDTL eram constituídas essencialmente por elementos oriundos da parte leste do país (*lorosae*) e os peticionários eram da parte ocidental (*loromunu*), os rumores sobre o massacre adquiriram foros de verdade e, em pouco tempo, colocaram uma comunidade contra a outra. O Major Alfredo Reinado, comandante da Polícia Militar, desertou do seu posto a 3 de Maio e, com 17 dos seus homens e dois elementos das UIR, levou consigo um pequeno número de armas e uma grande quantidade de munições. Outros soldados das F-FDTL abandonaram a instituição alguns dias mais tarde com o Major Tara, levando igualmente as suas armas consigo.

Durante este período, a força de polícia também começou a desagregar-se. No dia 9 de Maio, o assassinio de um oficial *lorosae* da PNTL durante uma manifestação em Gleno, Ermera, um bastião dos peticionários dos distritos ocidentais, levou a que a PNTL também se fracturasse segundo linhas que tinham que ver com a origem dos seus membros. As transferências irregulares de armamento, em particular de espingardas e munições da PNTL,<sup>67</sup> sem que fossem cumpridos todos os procedimentos previstos, levantaram suspeitas e contribuíram para que houvesse uma deriva para uma

situação de conflito. O Comandante-Geral da PNTL retirou por vezes armamento do Paiol Nacional da PNTL sem disso ter dado conhecimento ao responsável pelo mesmo.

A 23 de Março, por exemplo, 60 Steyrs foram enviadas para a URP Aileu, e a 15 de Abril, 10 Steyrs foram transportadas para a esquadra da polícia de Liquiçá. A 11 e a 21 de Maio, um grupo de elementos da PNTL, liderado pelo Comandante Adjunto para o Distrito de Díli, Abílio Mesquita (um membro importante do PSHT) foi armado com Steyrs. Depois de ter desarmado elementos da PNTL oriundos do leste na UPF a 8 e 21 de Maio, o Ministro Lobato armou secretamente uma milícia civil liderada pelo antigo membro das F-FDTL e veterano Rai Los com 18 HK33s e 6,000 munições de 5.56 mm.<sup>68</sup> A 17 de Maio de 2008, o Brigadeiro-General Taur Matan Ruak escreveu ao Primeiro Ministro solicitando uma auditoria aos paióis das F-FDTL, em resposta a acusações de que a força de defesa estava a armar elementos civis. Existiam também, na época, rumores importantes sobre importações secretas de armamento que persistiram até hoje.

A 23 de Maio, o Major Reinado e 11 dos seus homens, juntamente com 10 elementos da URP armados com Steyrs, confrontaram-se com um contingente das F-FDTL num incidente violento na parte oriental de Díli. A 24 de Maio, elementos da PNTL e uma milícia civil liderada por Rai Los e armada com HK33s fornecidas pelo Ministro do Interior atacaram as F-FDTL na parte ocidental de Díli. Também a 24 de Maio, o Sub-Inspector Mesquita atacou a residência do Chefe da Força de Defesa. As F-FDTL reagiram, distribuindo 200 M16A2s a veteranos e elementos da PNTL que lhes eram próximos. A 25 de Maio, a PNTL e as F-FDTL envolveram-se em tiroteios entre os respectivos quartéis no centro de Díli, tendo morrido e sido feridos diversos elementos das F-FDTL e PNTL. No total, foram mortas 37 pessoas, 150 000 fugiram as suas casas e milhares de propriedades foram destruídas. As distribuições e transferências irregulares de armamento foram catalizadores importantes para o desenrolar dos acontecimentos de 2006.

## Lidar com a desordem : auditorias aos armamento e outras intervenções

Uma preocupação fundamental na sequência da crise de 2006 era o estado dos inventários de armas e arsenais. Passadas poucas semanas sobre os acontecimentos, a 26 de Junho, a Equipa Internacional de Auditoria a Armamentos (*International Weapons Audit Team, IWAT*)<sup>69</sup> concluiu uma revista às armas das F-FDTL. O controlo e gestão das armas existentes nos paióis das F-FDTL foi considerado superior ao da PNTL. A IWAT concluiu que as F-FDTL possuíam algumas armas de que não existia conhecimento prévio e que a instituição era incapaz de indicar a localização de outras. Os seus registos são também pouco claros no que se refere às existências de munições e granadas (ver Quadro 1). Um vídeo amador gravado em 25 de Maio e que mostra veteranos armados pelas F-FDTL no centro de Díli sugere que houve uma distribuição indiscriminada de munições.

A IWAT também concluiu uma revista às armas da PNTL a 24 de Setembro. A difusão de armas da PNTL no seio da população foi, na altura, considerada um obstáculo de monta à conclusão da auditoria. O relatório final assinalava que havia elementos da PNTL que deslocavam frequentemente armas sem que para tal estivessem devidamente autorizados. A PNTL foi igualmente criticada pelo modo como 'verbal orders [were] used by PNTL's senior leadership to distribute weapons and ammunition, and finally for the lack of accountability for ammunition once it has been issued from the PNTL National Armoury [eram usadas ordens verbais pelos responsáveis sénior da liderança da PNTL para distribuir armas e munições, e por último pela ausência de um mecanismo de responsabilização pelas munições uma vez liberadas do Paiol Nacional da PNTL].'<sup>70</sup> A IWAT não apresentou quaisquer conclusões acerca do estado das munições nos depósitos de armamento da PNTL (ver Quadro 1).

Contudo, muitas armas permaneceram fora de qualquer tipo de controlo público. Pouco tempo após ter afirmado que entregara as suas armas à *Joint Task Force 631* em Julho de 2006, Reinado foi detido em Díli por posse de armamento adicional. Ele e os seus seguidores escaparam da prisão em Agosto desse ano. Em 25 de Fevereiro de 2007, Reinado rearmou-se, apropriando-se de um pequeno número de HK33s existentes em postos fronteiriços da UPF em Covalima. Em Março, a Força Internacional de Estabilização (*International Stabilisation Force, ISF*) atacou a base de Reinado em Same, Manufahi. Diversas pessoas foram mortas mas Reinado e alguns seguidores escaparam. Até ao fim de 2007, Timor-Leste viveu num ambiente de insegurança considerável, tanto em Díli como nos distritos. O Major Reinado e o seu grupo armado tornaram-se um ponto de convergência e catalizador para os jovens insatisfeitos e os gangues em Díli, mas contribuíram também para consolidar sentimentos de insegurança



Elementos da Força de Defesa Australiana, Joint Task Force 631, Díli, Timor-Leste.

© ADF 2006

entre os deslocados internos. Num contexto em que se assistia a um número crescente de assassinatos com motivações políticas e criminosas, os grupos de artes marciais e os gangues intensificaram as suas actividades e assumiram um papel proeminente, em parte em resultado do seu acesso crescente a armas.<sup>71</sup>

Após o anúncio de que a Aliança para uma Maioria Parlamentar (AMP) iria formar o novo governo de coligação, um grupo armado envolveu-se num tiroteio com uma coluna da ONU em Baucau, a 10 de Agosto de 2007.<sup>72</sup> A 5 de Outubro de 2007, houve um ataque com uma granada às instalações do Programa Australiano de Cooperação na área da Defesa (*Australian Defence Cooperation Programme*), no centro de Díli. O ataque perpetrado pelo grupo de Reinado contra o Presidente e o Primeiro Ministro em Fevereiro de 2008 foi notícia de primeira página em todo o mundo. O Presidente Ramos-Horta ficou gravemente ferido, enquanto que um grupo liderado por Gastão Salsinha falhava na sua tentativa para emboscar o Primeiro Ministro Gusmão. Naquilo que pode ser visto como um caso doméstico em que ‘o tiro saiu pela culatra’, é bem possível que as mesmas HK33s que o governo recebeu da Malásia quando Ramos-Horta era Ministro dos Negócios Estrangeiros tenham sido usadas menos de quatro anos mais tarde para baleá-lo na qualidade de Presidente.

### Intervenções duras e suaves

O Governo adoptou uma resposta em múltiplas frentes para lidar com os níveis crescentes de violência armada. Foi declarado um ‘estado de sítio’ a nível nacional no dia dos atentados e, a 17 de Fevereiro, o Governo criou o *Komando Operasaun Konjunto* (KOK) que combinava as F-FDTL e PNTL, com as primeiras a assumirem o comando das operações conjuntas.<sup>73</sup> Quase de imediato, o

KOK iniciou a ‘*Operasaun Halibur*’ (Operação Halibur),<sup>74</sup> destinada a aplicar pressão física sobre os grupos armados, enquanto eram encetados esforços políticos destinados a obter a sua rendição por meios pacíficos. Finalmente, foram (re-)distribuídas às unidades de polícia paramilitar da PNTL armas de fogo longas imediatamente a seguir aos ataques de 11 de Fevereiro.

***“rebeldes recorreram a um conjunto limitado de armas e munições anteriormente na posse do Estado para manterem o país refém dos seus actos durante cerca de dois anos.”***

Estas actividades produziram alguns resultados tangíveis. Em Março de 2008, Amaro ‘Susar’ da Costa, o principal cúmplice de Reinado, rendeu-se com as suas armas. No final de Abril, Gastão Salsinha e aquilo que restava do seu grupo renderam-se, juntamente com armas que datavam do tempo português e indonésio bem como armas mais recentes (i.e. 9 HK33s, 1 Mauser, 1 SKS, e 1,386 munições).<sup>75</sup> Analisando a situação com o recuo que a passagem do tempo permite, parece óbvio que os rebeldes recorreram a um conjunto limitado de armas e munições anteriormente na posse do Estado para manterem o país refém dos seus actos durante cerca de dois anos. Os números exactos de armas recolhidas durante a Operação Halibur são contraditórios. O Tenente-Coronel Meno Paixão (F-FDTL)

é citado por uma publicação oficial como tendo afirmado que o KOK recolhera 29 armas (25 espingardas e 4 armas curtas), para além de 7 granadas e 4,547 munições.<sup>76</sup> Outras fontes sugerem que a Operação Halibur apenas recuperou 12 HK33s, 1 M16A2, 1 FNC, 1 Minimi, 2 Mausers, diversas *rakitans*, munições e granadas. É importante assinalar que a Operação Halibur também apreendeu quatro metralhadoras ligeiras com suportes de dois pés que alegadamente teriam sido introduzidas ilegalmente no país a partir da Indonésia, uma vez que são um modelo desconhecido das F-FDTL e PNTL.<sup>77</sup> No entanto, essas armas são quase de certeza a variante “bípode ligeira” da G3.

O Governo timorense também levou a cabo pelo menos duas iniciativas ‘suaves’ para controlar a ameaça que representa a disponibilidade de armas, nomeadamente apresentando uma proposta de lei e organizando uma recolha voluntária de armas. Primeiro, em 2008, o Governo procurou reformular o quadro legal para as armas ligeiras, ao mesmo tempo que encorajava os cidadãos a entregarem voluntariamente as suas armas às autoridades. Mais especificamente, a 9 de Junho de 2008, o Conselho de Ministros submeteu à Comissão Parlamentar B de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais uma proposta de lei das armas (Proposta de Lei das Armas Nº. 9/11/2008) para consideração.<sup>78</sup> Uma análise preliminar da proposta de lei pelo *Small Arms Survey* revelou que o texto continha algumas omissões e limitações e que a lei iria potencialmente *aumentar* o número de armas nas mãos de civis.<sup>79</sup> Os actores da sociedade civil manifestaram quase de imediato as suas preocupações (ver Caixa 3).

### Caixa 3. Reacções da sociedade civil à legislação proposta sobre armas

A Proposta de Lei das Armas Nº 9/11/2008 foi elaborada pelo Ministério da Justiça e discutida no Conselho de Ministros.<sup>80</sup> Foi enviada directamente para a comissão parlamentar relevante para análise sem que tivessem sido realizadas quaisquer consultas com a sociedade civil e outras partes interessadas externas.<sup>81</sup> Quando a proposta de lei foi debatida em sessão plenária, causou imediatamente uma polémica política. As maiores preocupações dizem respeito ao Artigo 4º, que propõe que seja o Comandante da Polícia a entidade com o poder discricionário para decidir quais os civis que podem possuir armas. Trata-se de uma solução especialmente invulgar, uma vez que essa competência reside actualmente com o Comandante-Geral da PNTL, nos termos do Decreto-Lei Nº 8/2004. A proposta de

lei também não refere a questão da gestão e segurança dos depósitos de armas.

Diversos membros sénior da administração e dirigentes da sociedade civil contestaram a proposta de lei das armas. O Presidente Ramos-Horta manifestou a sua preocupação, insinuando que poderia vetar a lei proposta.<sup>82</sup> Mário Carrascalão, presidente do PSD, um importante parceiro na coligação governamental AMP liderada por Gusmão, sugeriu que algumas figuras ligadas aos negócios estariam por detrás da lei.<sup>83</sup> O influente bispo de Baucau terá alegadamente afirmado que a nova lei das armas poderia criar e exacerbar uma cultura de violência, e que dar armas a civis não deveria ser uma prioridade do Governo, uma vez que as pessoas não podem ‘comer uma arma’. Adicionalmente, declarou que a recolha de armas anunciada, quando justaposta a

uma lei das armas, resultaria numa situação contraditória e confusa. Ele também afirmou que se alguns pudessem transportar armas, criar-se-iam as condições para que outros também pretendessem possuir armas de fogo, fosse por via legal ou outra (criando, assim, um mercado negro para o comércio de armamento).<sup>84</sup>

Ainda assim, os defensores fervorosos da legislação estão convencidos de que ela deveria ser aprovada. A 22 de Agosto de 2008, Fernando ‘Lasama’ de Araújo, o Presidente do Parlamento Nacional, foi citado como tendo afirmado que o controlo das armas é importante, que a intenção não é de distribuir indiscriminadamente armas a civis, e que a Lei das Armas constitui uma prioridade para o Parlamento assim que este re-iniciar as suas actividades depois das férias parlamentares, a 15 de Setembro de 2008.<sup>85</sup>

Para além de uma tentativa para rever o quadro regulamentar, o Governo iniciou a 15 de Julho de 2008 uma campanha nacional de recolha de armas/amnistia que designou Operação *Kilat*. As autoridades públicas poucos esforços fizeram no sentido de explicitar e integrar num contexto mais amplo os objectivos de tal campanha, para além de indicarem que pretendiam retirar as armas, do período pré- e pós-1999, das mãos de civis. O Primeiro Ministro Gusmão produziu tardiamente uma declaração pública transmitida pela televisão nacional a 31 de Julho de 2008. A campanha fora originalmente concebida para terminar a 15 de Agosto mas foi prolongada até 30 de Agosto. Os relatos sobre os resultados alcançados começaram a ser divulgados lentamente e, nalguns casos, contradizem-se entre si: alguns relatos indicam que foram recuperadas armas automáticas e outros sugerem que não. Aquilo que parece claro é que, para além do número elevado de armas brancas tradicionais recuperadas, foram também recolhidas diversas granadas e um número significativo de munições e de armas de fogo de fabrico artesanal.<sup>86</sup>

O TLAVA obteve os números iniciais das armas entregues compilados pela operação de manutenção da paz das Nações Unidas, a Missão Integrada das Nações Unidas para Timor-Leste (*United Nations Integrated Mission Timor-Leste, UNMIT*). Os números divulgados dão uma primeira indicação da aparente confusão que existe relativamente aos resultados da recolha de armas no âmbito da Operação *Kilat*. Em síntese, os números divulgados sugerem que, entre 15 de Julho e 31 de Agosto

de 2008, foram recolhidas as seguintes armas: 1 HK33, recolhida em Oecusse;<sup>87</sup> 152 *rakitans*; 712 espingardas de ar comprimido; 9,116 munições de vários tipos; 48 granadas; e 7,930 armas tradicionais (ver Quadro 2). Os dados sugerem que a presença de armas de fogo e explosivos de fabrico artesanal poderá ter aumentado desde 2006. As *rakitans*, em particular, tornaram-se relativamente comuns, parcialmente devido à disponibilidade de munições (em particular, de munições de 5.56 mm).<sup>88</sup>

Estes dados iniciais também apontam para um conjunto de tendências emergentes. Num caso, por exemplo, foram entregues 600 balas, sugerindo a existência nas mãos de civis de quantidades maiores destes materiais do que, de um modo geral, se previa.<sup>89</sup> Noutro caso, e ao contrário do que indicam os números da UNPol, uma M16 com 116 munições foi alegadamente entregue à PNLT em Aileu.<sup>90</sup> Tem sido sugerido que não se trata de uma arma de um ex-FALINTIL ou das F-FDTL. Um assessor sénior do governo timorense indicou que ela poderia ter sido adquirida na Indonésia para o grupo de Reinado e sugeriu que poderia ser necessário rastrear estas armas.<sup>91</sup> Curiosamente, foram feitos apelos aos veteranos para que entregassem as suas armas, uma vez que já não são necessárias. Os apelos indirectos aos veteranos para que entreguem as armas são muitas vezes apontados a Elle Sette, actualmente presidente da UNDERTIM e membro do Parlamento. Contudo, ele afirma que entregou todas as suas armas em Aileu em 2000.<sup>92</sup>

Uma fraqueza fundamental do regime de controlo de armas em Timor-Leste é a gestão e segurança dos depósitos oficiais e públicos de armamento. O Governo, os membros do sector da segurança (F-FDTL e PNLT) e os civis, de um modo geral, estão perfeitamente conscientes de tais debilidades. A *krize* de 2006 mostrou como a existência de um sistema que não é estanque pode facilmente gerar instabilidade. Embora o Secretário de Estado da Defesa tenha identificado a requalificação física dos paióis das F-FDTL como uma prioridade, ainda não foram propostas reformas essenciais do modo como são geridos e dos procedimentos em vigor.<sup>93</sup>

Medidas correntes noutros contextos, como o registo das armas que são propriedade do Estado, auditorias periódicas e eficazes, e penas agravadas para eventuais desvios, são possíveis pontos de partida. Mas existem outras vias para melhorar a segurança dos depósitos de armamento. Em primeiro lugar, os mecanismos administrativos associados à distribuição de armas a elementos da polícia e sua devolução devem ser tornados mais robustos e aplicados de forma conscienciosa. Em segundo lugar, são essenciais auditorias periódicas e transparentes dos paióis e depósitos de armas para garantir uma estrutura de comando e controlo reforçada e para reconstruir a relação de confiança com o público que se perdeu. Em terceiro lugar, a penalização de comportamentos descuidados e intencionalmente ilícitos poderá constituir o incentivo necessário entre o pessoal de segurança para evitar desvios de armamento. Por mais medidas administrativas que possam

## Quadro 2. Armas recolhidas antes e durante a Operação Kilat

Distritos	Armas de fogo do Governo de Timor-Leste		Armas de fabrico artesanal		Outras armas de fogo		Munições		Bombas/grenadas/morteiros		Armas tradicionais		Outras (por ex. baionetas)		Total	
	1 Mai–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008	1 Mai–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008	1 Mai–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008	1 Mai–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008	1 Mai–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008	1 Mai–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008	1 Mai–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008	1 Maio–14 Jul 2008	15 Jul–31 Ago 2008
	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total	Sub-total		
Aileu	0	0	0	3	0	18	0	8	0	4	0	261	0	0	0	294
Ainaro	0	0	0	2	0	24	0	129	0	0	0	167	0	0	0	322
Baucau	0	0	0	30	0	31	0	2,908	0	4	0	236	0	0	0	3,209
Bobonaro	0	0	0	30	0	145	0	10	0	4	0	636	0	3	0	828
Covalima	0	0	0	3	0	22	0	1,037	0	2	0	383	0	0	0	1,447
Díli	0	0	0	0	0	12	0	2,634	1	10	0	4,271	0	4	1	6,931
Ermera	0	0	1	0	0	0	808	0	2	7	26	55	1	6	838	68
Lautém	0	0	19	25	1	202	98	125	2	2	21	149	0	0	141	503
Liquiçá	0	0	0	0	0	3	0	372	1	1	0	22	0	10	1	408
Manatuto	0	0	7	8	0	111	130	519	0	7	9	130	6	9	152	784
Manufahi	0	0	0	0	0	50	0	111	0	3	0	607	0	0	0	771
Oecussi	0	1	0	51	0	70	0	131	0	0	0	55	0	125	0	433
Viqueque	0	0	0	0	0	24	0	1,132	0	4	0	958	0	7	0	2,125
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>27</b>	<b>152</b>	<b>1</b>	<b>712</b>	<b>1,036</b>	<b>9,116</b>	<b>6</b>	<b>48</b>	<b>56</b>	<b>7,930</b>	<b>7</b>	<b>164</b>	<b>1,133</b>	<b>18,123</b>

Fonte: UNPol Operations, United Nations Integrated Mission Timor-Leste (UNMIT), à data de 2 de Setembro de 2008.

ser tomadas, não será possível garantir a segurança dos depósitos de armamento se não existirem sanções e um mecanismo de verificação.<sup>94</sup>

## Conclusão

O tipo de armas ligeiras e a sua disponibilidade estão a entrar numa nova fase em Timor-Leste. Embora já não estejam presentes em grande número, as armas estão dispersas pela população de um modo não-controlado. Apesar da pequena dimensão do país, a combinação de uma falta de confiança latente com um pequeno número de armas não-controladas pode gerar uma considerável insegurança em Timor-Leste. Além disso, reacções desadequadas por parte do Governo perante a existência real ou apenas presumida de depósitos de armamento (ilegal) podem dar origem a um maior aprovisionamento formal e informal de armas. Apesar do sucesso aparente da Operação *Halibur*, o sector da segurança continua a defrontar-se com questões persistentes relacionadas com a sua capacidade institucional e programática e legitimidade. O sector continua igualmente a funcionar como uma via potencial de transferência de armas de situações de posse legal para situações de posse ilícita.

Esta *Nota Informativa* descreveu o papel das armas ligeiras em fases recentes da história timorense, mas há diversas questões que permanecem sem resposta. Por exemplo, a dinâmica de aprovisionamento por parte do Estado exige uma investigação mais aprofundada. Tendo em conta as deficiências crónicas na gestão corrente dos paióis, é duvidoso que os arsenais devam ser aumentados na ausência de sistemas de verificação e controlo apropriados. Uma fiscalização civil adequada do aprovisionamento de armas poderá servir para inibir o aprovisionamento excessivo ou desadequado.<sup>95</sup> Também existem preocupações persistentes quanto aos depósitos de armamento e munições: um excesso de munições em comunidades vulneráveis pode estimular o fabrico artesanal de armas.

No quadro do debate em curso sobre a Proposta de Lei das Armas, é importante notar que será talvez uma medida sensata da parte do Governo lidar com a contagem e controlo das suas próprias armas antes de se propor dispersar armas nas mãos de civis 'autorizados'. Em última análise, há necessidade de realizar um debate doméstico sobre uma abordagem distintamente 'timorense' ao controlo das armas. Trata-se de um debate particularmente importante, tendo em conta que a comunidade internacional planeia retirar-se do país nos próximos 12-24 meses. Sendo verdade que as soluções timorenses serão indubitavelmente mais sustentáveis do que as soluções internacionais, elas exigem porém uma liderança política estável e fiável para evitar a recorrência de erros passados.

## Notas

*Esta Nota Informativa baseia-se no trabalho de investigação e análise de Edward Rees, Assessor Político do Enviado Especial das Nações Unidas, Ian Martin, durante a crise de 2006 em Timor-Leste.*

- 1 Palavra em tétum que significa arma.
- 2 *Krise*: a expressão coloquial usada para referir a crise de 2006.
- 3 No dia 23 de Setembro de 2008, o Procurador-Geral notificou o Coronel Lere Annan Timur e o Tenente-Coronel Falur Rate Laek para comparecerem na Procuradoria a fim de responderem a questões relativas a acusações relacionadas com a crise de 2006 (*Timor Post*, 2008c). O Comandante-Adjunto da PNTL para as operações declarou à imprensa que muitas armas tinham sido perdidas desde a crise de 2006. Contudo, desde 11 de Fevereiro de 2008 que diversas armas têm sido devolvidas. Ainda assim, continuam em falta sete Glock 9 mm, uma espingarda de cano liso e *gauge* 12 (*shotgun*), e cinco HK33 (*Timor Post*, 2008d). O antigo Comandante-Geral da PNTL e actual membro do Parlamento, Paulo Martins, respondeu afirmando que arma alguma fora perdida em resultado da sua administração da PNTL.
- 4 *Suara Timor Lorosae* (2008b).
- 5 CAVR (2005), Resumo Executivo, p. 13.
- 6 Durand (2006), p. 56.
- 7 A rebelião provocou contra-medidas violentas por parte dos Portugueses. Estima-se que, até 1912, tenham sido mortos 15,000–25,000 timorenses. Comparativamente, morreram entre 40,000–70,000 timorenses durante a ocupação japonesa de Timor, que se prolongou de 1942 a 1945. Durante a Segunda Guerra Mundial, os militares australianos e, numa escala menor, japoneses, forneceram armas de fogo modernas aos seus apoiantes timorenses.
- 8 As armas eram essencialmente espingardas de ferrolho de calibre 8 mm de um modelo de 1886 Kropatschek (Mauser) fabricadas pela Steyr para Portugal (Chamberlain, 2008, p. 48).
- 9 '... in late 1958, 16 rifles were stolen from the military storehouse in east Dili (13 of which were eventually recovered), and weapons and explosives were being passed to Indonesian vessels from Japanese wartime caches in the Lautem and Viqueque [...] no final de 1958, foram roubadas 16 espingardas do paiol militar existente na parte oriental de Dili (13 das quais acabaram por ser recuperadas), e havia armas e explosivos que estavam a ser transferidos para embarcações indonésias provenientes de depósitos de armas japoneses do tempo da guerra em Lautem and Viqueque' (Chamberlain, 2008, p. 48).
- 10 FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente); UDT (União Democrática Timorense); APODETI (Associação Popular Democrática Timorense); KOTA (Klibur Oan Timor Asuwain).
- 11 Nichol (2002), p. 303.
- 12 'À 1 da manhã do dia 20 de Agosto, Rogério Lobato e Hermenegildo Alves lançaram a insurreição armada da Fretilin, assumindo o controlo do *quartel-general* do exército [em Taibessi] ... Seguindo os depoimentos recebidos pela Comissão, em Dili houve abundantes fornecimentos de armas, distribuídas por ambos os lados de forma indiscriminada.' Isso fez aumentar exponencialmente a escala da violência. (CAVR, 2005, p. 42).
- 13 CAVR (2005), pp. 43–4.
- 14 As ABRI tinham iniciado operações do outro lado da fronteira com forças especiais em Setembro de 1975 e com tropas regulares em Outubro de 1975.
- 15 Em Abril de 1976, um relatório da embaixada americana referia-se às dificuldades encontradas pelos militares indonésios: 'O general Yogi [Supardi, assistente de planeamento, Ministério da Defesa]...calculou que a força da Fretilin devia andar pelos 3 mil homens, e a Indonésia apenas capturou 5 mil de 15 mil armas.' (CAVR, 2005, p. 74).
- 16 Mais de 100 000 pessoas foram mortas (CAVR, 2005, Resumo Executivo, p. 44).
- 17 Este é um assunto ainda hoje sensível, havendo muito quem considere que os *rendidos* não se portaram à altura, e aqueles que se renderam com grandes quantidades de armamento continuam a ser vistos com reservas por alguns até hoje.
- 18 Gusmão (2000), p. 62.
- 19 A 8 de Agosto de 1983, por exemplo, durante o ataque a Kraras, em Viqueque, as FALINTIL capturaram 17 espingardas SP1. A 21 de Novembro de 1986, foram capturadas 34 espingardas M16 às ABRI em Iliomar (comunicação por correio electrónico de Ernie Chamberlain, 6 de Agosto de 2008).
- 20 A última grande acção das FALINTIL contra as *Tentara Nasional Indonesia* (TNI) foi o ataque contra um posto das TNI, em Alas, Manufahi, em 1998. O ataque foi executado em desobediência a ordens recebidas, tendo sido organizado pelo Comandante Elle Sette e liderado por Amaro 'Susar' da Costa. O ataque resultou na morte de diversos elementos das TNI e na captura de armamento. As represálias foram violentas.
- 21 Um desses ataques ficou registado no filme *Blockade*. O filme mostra um ataque a uma coluna das ABRI em Baucau a 20 de Agosto de 1996, liderado por David 'Alex' Daitula, sob o comando de Taur Matan Ruak. Trata-se de um evento significativo uma vez que, após o ataque, e com pelo menos um homem mortalmente ferido, o comandante comenta satisfeito que 'valeu a pena', uma vez que tinham sido capturadas 'uma espingarda e algumas munições'.
- 22 Houve armas que foram compradas a elementos das forças de segurança indonésias, frequentemente a timorenses nas ABRI/TNI - Polícia Nacional Indonésia (POLRI). Um ex-elemento das FALINTIL afirmou que em 1997 era possível adquirir uma pistola por Rp. 500 000–1 200 000, uma AK-47 por Rp. 1 500 000–2 000 000, e uma M16 por Rp. 2 500 000–3 500 000 (entrevista com um ex-elemento das FALINTIL, Dili, 27 de Agosto de 2008). As armas eram adquiridas a elementos das forças de segurança indonésias, frequentemente timorenses integrados nas ABRI/TNI-POLRI.
- 23 Um ex-elemento das FALINTIL declarou que um pequeno número de pistolas-metralhadoras Uzi fora obtido de elementos operacionais dos serviços de informações indonésios SGI (SATGAS-INT), a *task force* conjunta dos serviços de informações militares das forças especiais indonésias Kopassus que haviam sido capturados ou encurralados (entrevista com um ex-elemento das FALINTIL, Dili, 27 de Agosto de 2008).
- 24 Na confusão generalizada que rodeou o referendo de 30 de Agosto de 1999, elementos pró-independência apreenderam as armas de diversos elementos indonésios e das milícias pró-autonomia, contribuindo para dispersar ainda mais o armamento das milícias entre a população. Num caso, um grupo pró-independência fez parar uma coluna de veículos que transferia refugiados em Lailia, montando uma emboscada a um camião guardado pela POLRI. Foram capturadas vinte armas pertencentes à POLRI.
- 25 Por exemplo, a principal milícia no distrito de Bobonaro, Halilintar, foi criada com assistência da Indonésia em 1975 tendo auxiliado na invasão.
- 26 CVA (2008), p. 256.
- 27 As armas em questão incluíam desde as armas militares modernas (M16s, Mausers, SKSS, Rangers, RPDs, SP2s, SP1s, AR16s, G3s, pistolas, e granadas) até armas de fabrico artesanal (*rakitan*s) e armas brancas (CVA, 2008, p. 195).
- 28 CTF (2008), p. 108.
- 29 Robinson (2003), p. 109.
- 30 *Ibid*, p. 109.
- 31 HRW, Indonésia (2002), p. 30.
- 32 Entre Maio de 2001 e Dezembro de 2002, as TNI capturaram 824 armas pertencentes ao GAM em Aceh: 498 armas de fabrico industrial e 326 *rakitan* (geralmente *bom rakitan*).

- 33 CTF (2008), p. 197.
- 34 Numa ocasião, um armeiro das TNI distribuiu mais de 36 *senjata rakitan* ao líder de uma milícia (CTF, 2008, p. 193).
- 35 UN Police, United Nations Integrated Mission Timor-Leste, Operation Kilat, 2 de Setembro de 2008.
- 36 Ver, por exemplo, Peake (2008).
- 37 Por exemplo, o Comandante Elle Sette (L7) abandonou o acantonamento com alguns dos seus homens. Um elemento militar sénior da ONU observou na época que 'Elle Sette e o seu grupo de cerca de 20 homens decidiram abandonar Aileu na sequência de desentendimentos com TMR e os outros comandantes. Eles levaram certamente algumas armas com eles, mas não muitas' (comunicação por correio electrónico com o anterior comandante adjunto da força da UNTAET, 17 de Julho de 2008).
- 38 Pelo menos 35 destas armas estavam a ser usadas em 2006.
- 39 Essas armas acabariam por ser substituídas por M16A2s.
- 40 'There may now be 60–120 Militia in at least eight groups located in ET with a further 80–130 Militia equipped and poised in the NTT for operations into ET [Poderão existir agora 60-120 elementos das milícias organizados em pelo menos oito grupos localizados em Timor-Leste, com outros 80-130 elementos equipados e prontos na NTT para realizarem operações em Timor-Leste]' (UNTAET PKF HQ, 2000). Foram recuperadas uma M16, uma SKS, 400 munições e diversas granadas.
- 41 'Many weapons, ammunition, and grenades are still in the hands of militia. When searches were made in the camps, they hid them outside the camps by burying them in the ground [Muitas armas, munições e granadas estão ainda nas mãos das milícias. Quando foram realizadas buscas nos campos, os seus elementos esconderam-nas no exterior dos campos, enterrando-as]' (relatório de ONGs de Timor Ocidental, apresentado a uma Delegação das Nações Unidas, Humanitarian NGO Forum of West Timor, Kupang, 14 de Novembro de 2000).
- 42 A 4 de Janeiro de 2003, por exemplo, um grupo de 20–30 elementos armados com armas automáticas lançou um ataque a Atsabe, tendo sido mortas cinco pessoas (UNSC, 2003).
- 43 Amnistia Internacional e a organização sediada em Díli, Programa de Monitorização do Sistema Judicial (*Judicial System Monitoring Programme*, JSMP).
- 44 Duas pessoas foram mortas e cinco ficaram feridas.
- 45 A UNPKF envolveu-se num tiroteio com 8–9 homens, tendo um sido morto. (UNSC, 2003).
- 46 UNSC (2003)
- 47 UNPKF (2004).
- 48 Os mais graves desses incidentes foram o ataque a uma estação de polícia em Baucau, a 28 de Novembro de 2002, e os distúrbios ocorridos em Díli a 4 de Dezembro de 2002, em que diversas pessoas foram mortas .
- 49 Tendo regressado recentemente do exílio, algum tempo do qual fora passado numa prisão africana por tráfico de diamantes, Rogério Lobato utilizou alguns desses grupos para minar a legitimidade das F-FDTL. A 20 de Maio de 2002, foi nomeado Ministro do Interior com responsabilidade sobre a PNTL.
- 50 CA-75, Sagrada Família, CPD-RDL, OPS, Isolados.
- 51 I.e. KORKA, PSHT, and 77.
- 52 Colimau 2000 e Bua Malus são apenas dois exemplos.
- 53 Tendo em conta que o dispositivo da PNTL tem uma base mais comunitária e que a sua cadeia de comando e identidade institucional são menos robustas, tal é frequentemente mais comum no caso da polícia do que no caso das F-FDTL.
- 54 A 12 de Março de 2005, um grupo de cinco homens armados com M16s e pistolas Glock tentou assaltar o banco ANZ em Díli (UNOTIL, 2005).
- 55 *Persaudaraan Setia Hati Terate*.
- 56 Os 'isolados' incluíam Daniel Mota, Vicente 'Karau Timor', Joaquim 'Tim Saka', Cipiriano 'Nunura', e Loro Dias.
- 57 Carta do Presidente Xanana Gusmão, 10 de Setembro de 2003.
- 58 Unidade de Reserva da Polícia (URP); Unidade de Patrulhamento da Fronteira (UPF); Unidade de Intervenção Rápida (UIR).
- 59 Sancar Pty, registada junto do Ministério do Comércio em 2003, com o n.º 13229. É interessante verificar que o logotipo da FN Herstal, o fabricante belga das FNCs e F2000s, é exibido no sítio internet da Sancar Pty, <<http://www.sc-et.com>> (acedido em 11 e 28 de Agosto de 2008). Existem informações de que a Sancar também forneceu 129 metralhadoras ligeiras às F-FDTL (MacDonald, 2006).
- 60 Relativamente às F2000s, o responsável pela empresa comentou ao *Sydney Morning Herald* em 2006 que '[t]his is what you would want ... if you were going to give the army a go [era isto que qualquer pessoa pretenderia ... se quisesse dar ao exército condições para actuar]' (MacDonald, 2006).
- 61 O registo comercial da Cavallo Bravo indica que está registada para importar e fornecer equipamento militar/policial, munições, granadas, helicópteros, veículos blindados e barcos-patrolha. (Secretaria de Estado do Comércio e Indústria, registo comercial n.º 10368, 22 de Março de 2005).
- 62 A Cavallo Bravo também adquiriu 215 000 balas de 5.56 mm, 20 000 balas tracejantes de 5.56 mm, 120,400 4-ball tracer link de 5.56 mm (M16A2), e 3,000 granadas de fragmentação, bem como outro material diverso para as F-FDTL em 2003, por um valor total de USD 462 727.62; ver a ordem de compra da ETPA 3086 24/12/2002. As granadas foram adquiridas na Coreia do Sul através de Surabaya, Indonésia.
- 63 *Timor Post* (2004).
- 64 Lei Orgânica da Polícia Nacional de Timor-Leste, Decreto-Lei n.º 8/2004, de 5 de Maio.
- 65 A Companhia Country Supply II, registo comercial no Ministério do Comércio n.º 13179, fornece 'armamentos militares e armas' apenas por encomenda.
- 66 OHCHR (2006), p. 26.
- 67 O TLAVA obteve registos do Departamento de Logística da PNTL que indicam que entre 15 de Abril e 24 de Maio de 2006, 11 elementos da PNTL com as patentes de inspector e sub-inspector assinaram documentos relativos à saída dos paióis da polícia de 49 600 munições de 5.56 mm; e que a 25 de Maio de 2006, três oficiais superiores assinaram documentos relativos à saída de mais 10 500 munições, o que perfaz um total de 60 100 munições. Estes elementos da PNTL eram provenientes de diversas unidades, incluindo UPF, CSP, Departamento de Investigação Nacional (NID), distrito de Díli, distrito de Liquicá, gabinete do comandante-geral, e operações. Além disso, em Janeiro de 2008, o TLAVA teve conhecimento de que a PNTL e a UNPol tinham recuperado 1000 munições de calibre 5.56 da casa de um civil na área de Comoro. Um respondente afirmou que a UNPol encontra muitas armas de fabrico tradicional concebidas para serem usadas com munições de 5.56 mm e que é frequente confiscar granadas. Este respondente também indicou que 19 armas semi-automáticas Steyr teriam sido recuperadas da casa do líder de um gangue em Manlueauna, possivelmente com ligações à PNTL, em Janeiro de 2008: Anthony Henman, UNPol, Comandante Adjunto da Esquadra de Polícia de Comoro, Díli, Agosto de 2008.
- 68 OHCHR (2006), pp. 39, 40.
- 69 A IWAT incluiu representantes da Austrália, Malásia, Nova Zelândia, Portugal, Timor-Leste, as Nações Unidas e os Estados Unidos.
- 70 IWAT (2006b).
- 71 Ainda assim, o líder do PSHT, Jaime Lopes, foi detido com diversos outros membros do seu grupo a 30 de Janeiro de 2007, numa operação conjunta de forças das FPU, ISE, e UNPol. Foi apreendido um grande número de armas, incluindo armas de fogo, munições e cocktails Molotov (Scambray, 2007).
- 72 No final de 2007, a UNMIT levou a cabo um estudo sobre a posse de armas ilegais nos distritos orientais e verificou que existe possivelmente um pequeno número de armas, que se pensa serem HK33s, mas que provavelmente foram mal identificadas, nas mãos de civis. Essas armas terão alegadamente sido distribuídas durante a crise de 2006.
- 73 Comando Operacional Conjunto
- 74 Operação Reunir.
- 75 Tal como foi anunciado pelo comandante operacional do KOK, Major Coliate, TVTL, 29 de Abril de 2008, ao mesmo tempo que eram exibidas as armas e munições (vídeo e fotos na posse do autor).
- 76 *Jornal Dejeza Nasional* (2008), p. 5.
- 77 Conversas com oficiais das F-FDTL e elementos da PNTL associados à Operação Halibur.
- 78 A versão inglesa da lei pode ser consultada em <[http://www.eastimorlawjournal.org/East\\_Timor\\_National\\_Parliament\\_Laws/draft\\_arms\\_law.html](http://www.eastimorlawjournal.org/East_Timor_National_Parliament_Laws/draft_arms_law.html)>.
- 79 Ver, por exemplo, Parker (2008).
- 80 Um membro do Conselho de Ministros disse ao TLAVA que nunca lera a lei, uma vez que ela existia apenas em língua portuguesa.
- 81 Tanto o comando das F-FDTL como da PNTL manifestaram as suas preocupações acerca da lei.
- 82 *Timor Post* (2008a).
- 83 *Jornal Nacional DIARIO*, (2008).
- 84 Ibid.
- 85 Ibid.
- 86 TVTL (2008). Incluindo balas, granadas de mão e espingardas.
- 87 Embora um elemento dos serviços de informações timorenses entrevistado a 16 de Setembro sugerisse que se tratava de uma G3 do período português, um membro da Unidade de Direitos Humanos (*Human Rights Unit*) da UNMIT indicou a 22 de Setembro de 2008 que seria uma pistola peça de museu.
- 88 UNMIT (2007).
- 89 RTL (2008). A Caixa Clandestina Larigua, Suco Buibua, Baucau entregou 600 balas para SKSs, Mausers, e M16s, alegadamente provenientes de um depósito de armamento da ex-resistência.
- 90 *Jornal Nacional DIARIO*, 28 de Julho de 2008.
- 91 Conversa privada com um assessor sénior do Governo, Agosto de 2008.
- 92 *Suara Timor Lorosae* (2008a). O presidente da FRETILIN, Lu Olo, apelou a todos os veteranos que ainda tivessem consigo armas que as entregassem às autoridades relevantes durante a Operação Kilat.
- 93 Nos dias 20 e 22 de Setembro de 2008, elementos do CSP (Corpo de Segurança Pessoal) da PNTL foram vistos em Díli transportando espingardas M16, que não são armas de fogo normalmente distribuídas aos efectivos da PNTL.
- 94 Com efeito, no dia 18 de Setembro de 2008, José Luís Oliveira, director da Fundação HAK, uma das principais ONGs de direitos humanos, criticou o Procurador-Geral por não ter uma atitude séria em relação à investigação de crimes relacionados com armas; ver *Timor Post* (2008e).
- 95 Um desenvolvimento positivo, e que constitui uma mudança dramática em relação à atitude de governos anteriores, é a decisão do Secretário de Estado da Defesa de criar uma publicação bi-anual, o *Jornal Dejeza Nasional*, com o objectivo de aumentar a transparência em relação aos planos das F-FDTL. Em 2008, foram publicadas duas edições (*Jornal Dejeza Nasional*, 2008a; 2008b) que abordaram questões como depósitos de armamento, aprovisionamento de armas e munições, políticas e operações.

## Bibliografia

- CAVR (Commission for Reception, Truth, and Reconciliation). 2005. *Chega! Report*. Dili: CAVR [versão em português: CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação). 2005. *Chega! Relatório*. Dili: CAVR].
- Chamberlain, Ernest. 2008. *Faltering Steps: Independence Movements in East Timor: 1940s to the Early 1970s*. Self published. August.
- Cohen, David. 2003. *Intended to Fail: The Trials before the Ad Hoc Human Rights Court in Jakarta*. Edited by the International Center for Transitional Justice. Berkeley: Berkeley War Crimes Studies Center.
- and Leigh-Ashley Lipscomb. 2007. *Seeking Truth and Responsibility, Part II: Addendum to Report of the Expert Advisor to the CTF*. Berkeley: Berkeley War Crimes Studies Center. October.
- Cohen, David, Leigh-Ashley Lipscomb, and Asmara Nababan. 2007. *Seeking Truth and Responsibility: Report of the Expert Advisor to the CTF*. Berkeley: Berkeley War Crimes Studies Center. October.
- CTF (Commission of Truth and Friendship). 2008. *Final Report of the Commission of Truth and Friendship Indonesia-Timor-Leste*. Dili: CTF.
- Della-Giacoma, Jim. 1995. 'Timorese Rebel Displayed as Youth Group Launched.' Reuters News, 19 July.
- Durand, Frederic. 2006. *East Timor: A Country at the Crossroads of Asia and the Pacific: A Geo-historical Atlas*. Bangkok: Silkworm Books.
- Gusmão, Xanana. 2000. *To Resist Is to Win: The Autobiography of Xanana Gusmão with Selected Speeches and Writings*. Ed. Sarah Niner. Melbourne: Aurora/David Lovell Press.
- Herman, Justin. 1999. 'Pola Hit and Run Jadi Andalan Falintil' (Falintil tactics rely on hit and run). *Jawa Pos* (Surabaya). 13 April.
- HRW (Human Rights Watch), Indonesia. 2002. 'Breakdown: Four Years of Communal Violence in Central Sulawesi.' *Human Rights Watch, Indonesia*, Vol. 14, No. 9 (C). December.
- IWAT (International Weapons Audit Team). 2006a. *F-FDTL Weapons Stocks*. Dili: IWAT. June.
- . 2006b. *PNTL Weapons Stocks*. Dili: IWAT. September.
- Jurnal Defeza Nasional*. 2008. 'Forca K'ik ba Nasaun K'ik.' No. 1. January–July.
- . 2008b. 'Halibur' No. 2. July–December. *Jornal Nacional DIARIO*. 2008a. 'Bishop Basilio: Not yet the Time to Give Civilians the Right to Own Guns.' 7 July.
- . 2008b. 'Fernando La Sama: Lei Kilat Important PN Debate Hafoin Resesu.' 22 August.
- MacDonald, Hamish. 2006. 'Timor Minister Equipped Police as Private Army.' *Sydney Morning Herald*, 19 June.
- Muggah, Robert, ed. 2008. *Security and Post-Conflict Reconstruction: Dealing with Fighters in the Aftermath of War*. New York: Routledge.
- Nichol, Bill. 2002. *Timor: A Nation Reborn*. Jakarta: Equinox.
- OHCHR (Office of the High Commissioner for Human Rights). 2006. *Report of the United Nations Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste*. Geneva: OHCHR. 2 October.
- Parker, Sarah. 2008. 'Commentary on Draft Arms Law in Timor-Leste.' *East Timor Law Journal*. [versão em português: Parker, Sarah. 2008. 'Comentário à Proposta de Lei das Armas de Timor-Leste'] <<http://www.timor-leste-violence.org>>
- Peake, Gordon. 2008. 'What the Timorese Veterans Say: Unpacking DDR in Timor-Leste.' In Robert Muggah, ed.
- Robinson, Geoffrey. 2001. 'People's War: Militias in East Timor and Indonesia.' *South East Asia Research*, Vol. 9, No. 3. November.
- . 2003. *East Timor 1999: Crimes against Humanity*. Report commissioned by the United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). University of California Los Angeles. Unpublished. <<http://www.ictj.org>>
- RTL. 2008. 'Baucau Hands over Bullets.' 11 August.
- Scambary, James. 2007. *Disaffected Groups and Social Movements in East Timor*. AusAID-commissioned report. 12 January. Unpublished.
- Suara Timor Lorosae*. 2008a. 'Lu Olo Apela Veteranus Entrega Kilat: FRETILIN La Rai Kilat.' 25 August.
- . 2008b. 'Konaba Krizi 2006: Tribunal Notifika Lere ho Falur Sai Arguido.' 24 September. *Timor Post*. 2004. 'Xanana: NGO Labele Kritika Sosa Kilat.' 25 August.
- . 2008a. 'PR Kontra Lei Ema Civil Kaer Kilat.' 26 June.
- . 2008b. 'Kilat Boot PNTL 5, Pistola 17 Se Lakon.' 7 August.
- . 2008c. 'Mateus: Kilat Automatika 13 PNTL Ladauk Tama.' 17 September.
- . 2008d. 'Paulo Rejeita Kilat PNTL Lakon Iha Krize 2006.' 18 September.
- . 2008e. 'PGR Mete Demais Politika, Kilat Balun Seidauk Entrega.' 20 September.
- TVTL. 2008. 'Illegal Weapons Handed over to PNTL in Viqueque.' 15 August.
- UNMIT (United Nations Integrated Mission in Timor-Leste). 2007. *Weekly Situation Report*. 22–27 April.
- UNOTIL (UN Office in Timor-Leste). 2005. 'Interior Minister Lobato Did Not Delay in Giving Some Policy Direction on How the Investigation Should Be Conducted.' *UNOTIL Political Affairs, Human Rights and Legal Weekly Report*. 8–14 March.
- UNPKF (UN Peacekeeping Force). 2004. *Military Information Info Report 041/04*. 25 February.
- UNSC (United Nations Security Council). 2003. *Special Report of the Secretary General on the United Nations Mission of Support in East Timor*. S/2003/243 of 3 March.
- UNTAET PKF (United Nations Transitional Administration in East Timor, Peacekeeping Force). 2001. *Militia Handbook*. Dili: UNTAET. 5 April.
- . HQ. 2000. *Military Information Cell*. SUPINFOREP 005/00. 14 August.
- Victorino, José Domingos Bruno (adviser to the Ministry of the Interior; Lt. Col., GNR). 2007. *POLÍCIA NACIONAL DE TIMOR-LESTE (PNTL): An Assessment and Proposal for Restructuring*. November.

## Publicações do TLAVA

### Artigos

- Parker, Sarah. 2008. 'Commentary on the Draft Arms Law in Timor-Leste.' *East Timor Law Journal*. Disponível em linha em inglês, tétum, indonésio e português. <<http://www.eastimorlawjournal.org/Articles/Index.html>>

## Projecto TLAVA: sumário

O Projecto de Avaliação da Violência Armada em Timor-Leste (*Timor-Leste Armed Violence Assessment*, TLAVA) é um projecto de investigação independente com supervisão da Austcare e do *Small Arms Survey*. Trabalhando com parceiros públicos e não-governamentais, o projecto pretende identificar e disseminar abordagens concretas para evitar e reduzir a violência armada real e pressentida em Timor-Leste. Com o apoio de uma rede de parceiros, o projecto servirá de repositório de dados internacionais e nacionais sobre violência e suas tendências. Entre 2008 e 2010, o TLAVA servirá de plataforma para o intercâmbio e partilha de informações, com um especial enfoque:

- nos factores de risco, impactos e custos socio-económicos da violência armada em relação à saúde das populações – em particular das mulheres, crianças e jovens do sexo masculino, e deslocados internos;
- na dinâmica da violência armada associada a grupos de 'alto risco' tais como gangues, comunidades específicas em distritos afectados, peticionários, veteranos, instituições do Estado, e potenciais catalizadores tais como processos eleitorais; e
- na disponibilidade e utilização indevida de armas (por ex. armas brancas, de fabrico caseiro, ou artesanal) como um factor que contribui para a violência armada e a insegurança recorrente.

O objectivo do projecto é formular opções políticas para o Governo, sociedade civil e seus parceiros em Timor-Leste sobre o modo de reduzir a violência no país que sejam válidas e se baseiem em dados concretos. O projecto recorre a uma combinação de diferentes metodologias—desde a monitorização da saúde pública à investigação baseada em *focus groups* e entrevistas—para identificar prioridades adequadas e estratégias práticas. Os resultados do trabalho realizado serão divulgados em tétum, indonésio, português e inglês. As *Notas Informativas* do TLAVA constituem relatórios actualizados sobre aspectos importantes da violência armadas em Timor-Leste, incluindo a disponibilidade e distribuição de armas ligeiras e armas de fabrico artesanal em Timor-Leste e a violência relacionada com as eleições.



O projecto é apoiado pela AusAID.

## Ficha técnica

Concepção gráfica: Go Media Design  
Apoio editorial: Emile LeBrun, Robert Muggah e James Turton

## Contacto

Para mais informações, consultar [www.timor-leste-violence.org](http://www.timor-leste-violence.org) ou contactar [info@timor-leste-violence.org](mailto:info@timor-leste-violence.org).

